

**REFORMAS EDUCACIONAIS E DISPUTAS NAS POLÍTICAS E PRÁTICAS  
CURRICULARES: BREVE APRESENTAÇÃO**

EDUCATIONAL REFORMS AND DISPUTES IN CURRICULAR POLICIES AND  
PRACTICES: BRIEF PRESENTATION

REFORMAS EDUCATIVAS Y DISPUTAS EN POLÍTICAS Y PRÁCTICAS  
CURRICULARES: BREVE PRESENTACIÓN

Joedson Brito dos Santos<sup>1</sup> 0000-0003-4394-9294  
Luciana Leandro da Silva<sup>2</sup> 0000-0003-4287-0509  
Álvaro Moreira Hypolito<sup>3</sup> 0000-0003-1487-0413

<sup>1</sup> Universidade do Federal de Campina Grande – Campina Grande, Paraíba, Brasil;  
joedson.brito@professor.ufcg.edu.br

<sup>2</sup> Universidade do Federal de Campina Grande – Campina Grande, Paraíba, Brasil;  
luciana.leandro@professor.ufcg.edu.br

<sup>3</sup> Universidade Federal de Pelotas – Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil;  
alvaro.hypolito@gmail.com

**RESUMO:**

Este dossiê é fruto de um esforço colaborativo de pesquisadores do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Campina Grande e o Centro de Estudos em Políticas Educativas, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPel, que há vários anos vêm se dedicando ao estudo acerca das reformas educativas tanto no Brasil como em outros países. O objetivo é contribuir com as discussões sobre os efeitos das reformas educacionais recentes nas práticas e políticas curriculares, no Brasil e no mundo, bem como problematizar as disputas nesse campo. Tais reformas se inserem no movimento mais amplo e de caráter estrutural pautado em princípios gerencialistas, via padronização e homogeneização, responsabilização docente, bem como de mecanismo de disputa pelo controle da formação, do trabalho docente e do currículo escolar.

**Palavras-chave:** reformas educacionais; práticas e políticas curriculares; formação e trabalho docente; disputas curriculares.

**ABSTRACT:**

This dossier is the result of a collaborative effort by researchers from the Graduate Program in Education at the Federal University of Campina Grande and the Center for Studies in Educational Policies, linked to the Graduate Program in Education at UFPel, who have been studying educational reforms in Brazil and other countries for several years. The objective is to contribute to discussions on the effects of recent educational reforms on curricular practices and policies in Brazil and around the world, as well as to problematize disputes in this field. These reforms are part of a broader, structural movement based on managerial principles, via standardization and homogenization, teacher accountability, as well as mechanisms for competing for control over teacher training, work, and the school curriculum.

**Keywords:** educational reforms; curricular practices and policies; teacher training and work; curricular disputes.

## RESUMEN:

Este dossier es resultado de un esfuerzo colaborativo de investigadores del Programa de Posgrado en Educación de la Universidad Federal de Campina Grande y del Centro de Estudios en Políticas Educativas, vinculado al Programa de Posgrado en Educación de la UFPel, que viene dedicándose a estudiar reformas educativas tanto en Brasil como en otros países. El objetivo es contribuir a las discusiones sobre los efectos de las recientes reformas educativas en las prácticas y políticas curriculares, en Brasil y en el mundo, así como problematizar las disputas en este campo. Tales reformas son parte de un movimiento estructural más amplio basado en principios gerencialistas, a través de la estandarización y homogeneización, la rendición de cuentas de los docentes, así como un mecanismo de disputa por el control de la formación, el trabajo de los docentes y el currículo escolar.

**Palabras clave:** reformas educativas; prácticas y políticas curriculares; formación y trabajo docente; disputas curriculares.

## Introdução

O presente dossiê visa discutir e contribuir para a ampliação das discussões sobre os efeitos das reformas educacionais recentes nas práticas e políticas curriculares, bem como problematizar as disputas nesse campo. Ao mesmo tempo, traz reflexões acerca da centralidade do debate curricular nos processos de reforma educativa no Brasil e no mundo, posto que tais políticas tendem a colocar ênfase nos conteúdos e nos modos de fazer educação, em outras palavras, no “quê” e no “como” ensinar, reforçando o controle e o monitoramento dos processos educacionais, mais preocupados em formar sujeitos adaptados às novas e velhas demandas do sistema econômico, do que com a necessidade de mudanças educacionais mais amplas e de caráter estrutural.

Essas reformas fazem parte de um movimento global, também conhecido como *Global Educational Reform Movement* - GERM que impulsiona reformas em diferentes países pautadas nos princípios gerencialistas, via padronização e homogeneização, prestação de contas, responsabilização docente, bem como de mecanismo de disputa pelo controle da formação, do trabalho dos professores e do currículo escolar. Esse movimento visa acomodar a sociedade às novas necessidades de acumulação do capital, via financeirização e disputa pelo fundo público e tem na educação o campo estratégico para adequação de indivíduos a essa “nova” sociabilidade neoliberal. Isso coincide também com a ascensão da extrema-direita no mundo, que busca impor sua agenda ultraliberal e neoconservadora, que por um lado disputa o fundo público, mas, por outro, intenciona impor um projeto societário de perpetuação das desigualdades e de subalternidade das camadas populares.

No caso brasileiro, especialmente a partir de 2016, ano do golpe jurídico, parlamentar, midiático e misógino, foi implantado um conjunto acelerado e articulado de reformas políticas

e educacionais, retrógradas e conservadoras, com destaque para o corte de gastos sociais (EC nº 95/2016), a flexibilização das leis trabalhistas e ampliação da terceirização (Leis nº 13.467/2017 e 13.429/2017), a Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017), a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada de Professores para a Educação Básica e a instituição da Base Nacional Comum para a Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação e BNC-Formação Continuada), a Política Nacional de Alfabetização baseada em evidências dentre outras.

Pela complexidade e importância do tema convidamos para contribuir com esse debate e reflexão sobre o tema pesquisadores brasileiros, com reconhecido expertise no campo e reunimos artigos que abordam diferentes aspectos, dimensões e contextos desse processo de reformas. Incluímos diferentes textos com a preocupação de abrangência das mais diversas regiões do Brasil.

Consideramos importante ressaltar que o presente dossiê temático é fruto de um esforço colaborativo entre o Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Campina Grande (PPGED/UFCG) e o Centro de Estudos em Políticas Educativas - CEPE, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPel, cujos pesquisadores vêm se dedicando há vários anos ao estudo acerca das reformas educativas tanto no Brasil como em outros países.

Para introduzir o dossiê, trazemos uma relevante contribuição internacional do sociólogo francês Romuald Normand, pesquisador e docente da Universidade de Strasbourg, que tece análises críticas consistentes acerca do Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes (PISA) como governança epistêmica e como política curricular, posto que as avaliações externas em larga escala são indutoras de alterações no campo do currículo e da gestão. Com este texto “PISA como governança epistêmica na política curricular europeia das desigualdades: o caso francês”, que apresenta uma análise do PISA, como política reguladora e de padronização, a partir de uma análise do caso francês, abrimos este número temático para dar o tom e proporcionar o pano de fundo que sustenta as inúmeras análises apresentadas pelos variados artigos publicados. Partimos de uma concepção ampla de currículo, muito mais próxima dos estudos de políticas curriculares e de uma sociologia do currículo, que busca compreender suas inter-relações com as políticas de avaliação, gestão e com a formação e o trabalho docente.

Na sequência, Ana Maria Clementino e Dalila Andrade Oliveira, pesquisadoras do

Grupo de Estudos sobre Trabalho Docente (GESTRADO/UFMG), com o texto “As influências das avaliações sobre a gestão escolar e o trabalho docente na Paraíba e Pernambuco”, reúne resultados de pesquisa sobre as políticas de responsabilização, identificadas como de intensidade forte, a partir de levantamento documental sobre o processo de implementação das políticas de avaliação e responsabilização nesses estados, e análise de *surveys* realizados com diretores escolares e docentes da rede pública. O estudo demonstra que mesmo com todos os esforços dessas políticas de responsabilização e gerencialistas os dados do IDEB ficam abaixo da média nacional, o que permite uma indagação sobre a eficácia de tal orientação.

O terceiro texto, “Políticas de padronização curricular e o ensino híbrido”, de Simone Gonçalves da Silva, Franciele Roos da Silva Ilha e Aline Gonçalves de Moura, pesquisadoras do Centro de Estudos em Políticas Educativas (CEPE/UFPe), traz importantes contribuições sobre a expansão da tendência de avanço do Ensino Híbrido no campo educacional, especialmente no pós pandemia, com o apoio das grandes empresas de tecnologia digital para um ensino com mais utilização de plataformas e metodologias tecnicistas, com uma perspectiva conservadora de padronização dos conteúdos, mesmo que se apresente como pedagogia ativa. O chamado Ensino Híbrido é de interesse dos mais diversos atores privados, na medida que usa estruturas de ensino com base em laboratórios e equipamentos, o que tem gerado uma série de controvérsias e desafios para a educação pública.

O texto seguinte, “Implementação da Base Nacional Comum Curricular na Paraíba: uma análise do ProBNCC”, de Paulo Cesar Gomes da Silva, Simone Vieira Batista e Cibelle Jovem Leal, traz uma análise do processo de construção da proposta curricular da Paraíba, enfatizando os interesses e desafios desse programa na busca de um alinhamento com a BNCC. O artigo conclui que o regime de colaboração, instituído pelo ProBNCC, fortaleceu as posições do MEC em detrimento da autonomia dos estados, acentuando a assimetria entre os entes federados na produção/formulação de políticas educacionais.

O texto “Material didático e sistemas de ensino nas redes municipais públicas do RS: lógicas e atores”, de Susana Schneid Scherer, Verônica Rodrigues de Lima e Maria de Fátima Cossio, pesquisadoras do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas Educacionais (NEPPE/UFPe), traz um importante levantamento acerca de atores, disputas e interesses em torno do mercado altamente lucrativo da venda de materiais para as secretarias municipais de Educação no Rio Grande do Sul. O artigo destaca que, para além do fornecimento de materiais didáticos, tais práticas do mercado e dos atores envolvidos incidem e influenciam a prática pedagógica e o projeto de formação estudantil.

Em seguida, o artigo “Diretrizes curriculares e reconversão docente na Educação Básica: uma análise comparativa” dos autores Vinícius Frederico de Oliveira Silveira, Carlos Augusto de Medeiros e Luciana Leandro da Silva, grupo de pesquisadores da UFCG, traz relevantes reflexões sobre as concepções de formação de professores em disputa, fazendo uma análise das Diretrizes Curriculares para a formação inicial e continuada de professores, destacando que as Resoluções CNE/CP nº 2/2019 e nº 1/2020 estão em concordância com o projeto neoliberal, que busca a reconversão do professor, influenciando na construção da padronização de um perfil docente e determinando o seu alinhamento pedagógico, para atuar a serviço do capital.

Nessa mesma linha de discussão sobre a formação docente, insere-se o artigo “A formação de professores em disputa: problematização acerca do Parecer CNE/CP nº 4 de 2024”, de Wagner Nobrega Torres, que analisa, com base na teoria do discurso, que o documento tende a se constituir como movimento articulatório no/pelo qual tensionamentos em torno das disputas e negociações entre as defesas antagônicas de normativas anteriores (DCN/2015 e BNC-Formação) não são erradicados.

Na continuação, segue o texto “Reforma curricular no contexto das mudanças estruturais do capitalismo: repercussões da Lei nº 13.415/2017, para o Ensino Médio do Tocantins”, de Wanessa Cardoso Gomes e Roberto Francisco de Carvalho, vinculados à Universidade Federal do Tocantins, que trata sobre as repercussões dessa lei para o Ensino Médio do estado no Tocantins. A Proposta Curricular do estado tende a provocar um esvaziamento do currículo, um estreitamento da formação e promove um tipo formativo de cunho utilitário e pragmático, além de fortalecer a ideia de antecipação da profissionalização dos estudantes no Ensino Médio, fortalece o viés formativo unilateral com foco na profissionalização.

Ainda sobre esse processo de reforma do Ensino Médio no Brasil, trazemos as contribuições de Bruna de Oliveira Gonçalves e José Fernandes da Silva, respectivamente com pesquisa na UFMG e no IFMG, com o artigo “O sujeito empreendedor de si no novo ensino médio: uma análise a partir do currículo mineiro”, o qual argumenta que o Currículo Referência de Minas Gerais (CREM) relativos à etapa de formação no Ensino Médio. Os resultados indicam que a concepção de sujeito empreendedor de si, localizada no CREM, se distancia das bases epistemológicas vinculadas à tradição da EPT por reduzir a formação ao desenvolvimento do sujeito em atendimento às exigências do mercado de trabalho.

As autoras Eliada Mayara Alves Krakheck (UFPel), Maria Cecília Lorea Leite (UFPel)

e Dulce Mari da Silva Voss (Unipampa) trazem uma interessante discussão sobre “Políticas neoliberais e reformas na Educação Superior: um estudo das DCNs do Direito”. Mostram as mudanças nas concepções de formação desses profissionais e como estas tendem a esvaziar o papel e a luta por direitos, e como a disseminação de regimes de verdade voltados à legitimação da lógica empresarial tem promovido reformas legais na regulação da gestão, oferta e organização curricular da Educação Superior, incluindo o Direito. Todavia, a implementação dessas reformas depende da atuação das comunidades epistêmicas no exercício de reinterpretação das diretrizes por definir a reorganização curricular dos projetos político-pedagógicos que sustentam a formação. As DCNs para a formação de bacharéis em Direito indicam a produção de uma política curricular híbrida, que articula a tradição do ensino jurídico às demandas contemporâneas, sob influência da agenda neoliberal e neoconservadora.

Faz parte deste número temático a entrevista realizada com a professora Dalila Andrade Oliveira, professora emérita da UFMG, reconhecida internacionalmente pelas importantes contribuições ao debate acerca das políticas educacionais e do trabalho docente, cujas pesquisas fornecem subsídios importantes para pensarmos os desdobramentos curriculares das reformas educacionais em curso. Nesta entrevista a professora compartilha um pouco sobre suas pesquisas recentes vinculadas ao Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) e ao GESTRADO/UFMG, sob sua coordenação, destacando aspectos importantes para o enfrentamento dos desafios para a redução das desigualdades educacionais demarcadas nas reformas e políticas em questão.

Destarte, temos a resenha do livro “Currículo, gestão e oferta da Educação Básica brasileira: incidência de atores privados nos sistemas estaduais das regiões Nordeste e Sudeste (2005-2018)”, organizado por Selma Venco, Regiane Helena Bertagna e Teise Garcia, terceiro volume da Coleção Estudos da Privatização no Brasil, elaborada pela pesquisadora Valdelaine Mendes, da UFPel. A resenha destaca a importante contribuição da pesquisa publicada nesta obra para os estudos e pesquisas nesse campo. Ressalta ainda que o discurso da qualificação da educação e da redução das desigualdades, carregado pelas organizações privadas buscam transformar a educação pública em um negócio rentável e, para isso, torna-se necessário alinhar as políticas educacionais ao interesse do mercado, a fim de produzir supostos resultados melhores no campo educacional. Como conclui a professora Valdelaine Mendes, para isso, a alteração nos currículos, na gestão e na oferta, é colocada em prática.

Este número temático traz também oito artigos de demanda contínua. O primeiro está intitulado, “A música no Berçário: reflexões a partir das narrativas docentes sobre as práticas

curriculares” e foi escrito por Ivoneide dos Reis Brito e Daniele Dorotéia Rocha da Silva de Lima. Partindo do pressuposto de que as práticas curriculares, nesta faixa etária, são marcadas por singularidades e sutilezas que permeiam as diversas situações no cotidiano dos bebês, o estudo objetivou compreender como a música está presente nas interações e brincadeiras, por meio do corpo expressivo em movimento e suas possibilidades languageiras e sonoras, especialmente, nas ações curriculares. Metodologicamente, o estudo fundamentou-se na pesquisa narrativa, tendo como objeto as narrativas das docentes sobre as práticas curriculares, que envolvem a música enquanto linguagem potencializadora do desenvolvimento integral. Os resultados apontam que as práticas curriculares que envolvem a música no cotidiano do berçário ganham novos olhares, que ultrapassam os aspectos do cuidar do corpo, potencializando momentos educativos, a partir das brincadeiras cantadas e das situações indissociáveis de cuidar e educar bebês. Contribuem para o entendimento das finalidades e sentidos diversos da música para atender às variadas demandas curriculares de uma turma de berçário, como as necessidades fisiológicas, psicológicas, emocionais e culturais.

O segundo artigo, “As danças populares na perspectiva de currículos antirracistas com a Educação Infantil” de Érica Bolzan, Valdete Côco e André da Silva Mello aborda perspectivas de currículos antirracistas no contexto da Educação Infantil, tendo as danças populares como meio para a materialização de suas ações. A partir de autores e autoras que discutem currículos, epistemologias e perspectivas decoloniais, o texto reúne reflexões sobre arranjos curriculares outros, que contemplem as diversidades e as diferenças culturais por meio das danças populares afro-brasileiras, que historicamente têm sido silenciadas ou tratadas de maneira caricata e superficial nas instituições escolares. Metodologicamente, o texto estabelece interlocução entre e com os estudos decoloniais, tópicos articulados sobre currículo, práticas antirracistas e danças, as bases legais sobre o ensino da história e da cultura afro-brasileira e dados contextuais para compor descrição, análises e proposições na composição de reflexões situadas no campo da Educação Infantil. Conclui pautando a importância do investimento na formação de professoras e professores para o trabalho pedagógico com as danças populares e ampliação da visão de currículos para uma educação antirracista.

Na sequência, está o artigo “Currículo e relações étnico-raciais: atravessamentos contemporâneos” produzido por Maurício de Novais Reis, Eliana Rodrigues Oliveira e Gilson Brandão de Oliveira Júnior que discute o currículo a partir dos atravessamentos contemporâneos que interseccionam raça, cultura e conhecimento, para pensar a pluralidade dos sujeitos no tocante à construção da identidade. Partindo da pesquisa teórica, reflete acerca

da política curricular brasileira naquilo que concerne à predominância de elementos europeus na estrutura da educação escolar, mesmo após aprovação da Lei nº 10.639/2003, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas de todo o território nacional. Os autores discutem a necessidade de pensar o currículo como construção multifacetada e polifônica, visto como reflexo de uma sociedade multicultural, que num diálogo entre as diversas culturas poderá produzir um fenômeno da transculturação.

No manuscrito, “Educação Escolar Quilombola: práticas pedagógicas e curriculares em classes multisseriadas produzido e apresentado por Maisa Eveline Duarte da Silva e Neide Maria Fernandes Rodrigues de Sousa o currículo escolar é apresentado como instrumento que agrega um conjunto de significados, com critérios de seleção de produção de conhecimento, o desenho curricular em escolas do quilombo tem como característica a valorização histórica de suas terras e cultura e as classes multisseriadas, estas comuns em comunidades do campo caracterizam-se por reunir em um mesmo espaço físico diferentes séries que são gerenciadas por um mesmo professor (a). Nesse contexto as autoras tem como objetivo compreender e refletir sobre o currículo escolar, as orientações curriculares e práticas pedagógicas destinadas à educação escolar quilombola com classes multisseriadas. A partir de uma abordagem qualitativa foram entrevistadas duas professoras de uma escola em uma comunidade quilombola com classe multisseriada. Nos resultados sinalizam para a necessidade de construir políticas curriculares em conformidade com as demandas escolares da Educação Quilombola e indicam a falta de comprometimento de políticas públicas direcionadas para as especificidades das escolas em comunidades quilombolas.

No artigo “Entre cenas, poemas e canções: histórias de vida no ensino médio” escrito por Janaína Bárbara Rangel Silva e Valéria de Souza Marcelino apresentam a experiência de um percurso formativo, de uma turma do Ensino Médio, no contexto de um itinerário formativo, em Linguagens e suas Tecnologias. O trabalho está ancorado nos fundamentos teóricos e metodológicos da pesquisa (auto)biográfica e do Teatro do Oprimido e se insere no contexto dos tensionamentos em diferentes segmentos da sociedade em torno da luta pela revogação da Lei nº. 13.415/2017 instituiu o Novo Ensino Médio.

“Leitura e produção de textos: uma cartografia de possibilidades ao atravessar o portão da escola” escrito por Cícero Leão da Cunha e Larissa Ferreira Rodrigues Gomes é o sexto artigo de demanda contínua deste número temático e trata acerca da leitura e da produção textual com adolescentes em uma escola de ensino fundamental do município de Serra/ES e busca

compreender como os agenciamentos produzidos pelo desejo desses praticantes pensantes os impulsionam à leitura e à produção de textos. Trata-se de uma pesquisa-intervenção pautada na cartografia e nas conversas entre estudantes de 9º ano e uma professora de língua portuguesa que problematiza os diálogos entre esses sujeitos atores, realizando conexões com a noção de texto como produção de desejo e agenciamento coletivo de enunciação no cotidiano escolar. Os resultados revelam que os estudantes desejam escrever, mas há pouco interesse em expressar-se com outras linguagens comunicacionais. Aponta excessivo cuidado e tempo despendido com a gramática, em detrimento de outras possibilidades de produção textual, outras semióticas menos estruturantes e mais encarnadas na vida dos sujeitos. Propõe, assim, maiores investimentos em equipamentos, infraestrutura e qualificação para a produção dos textos em linguagens virtuais.

O artigo “Reformas educacionais contemporâneas frente às teorias de currículo: dois conceitos, um interesse” elaborado por Joice Pereira Soares, Letícia Ramalho Brittes e Laila Azize Souto Ahmad analisa as reformas educacionais no conturbado contexto político recente brasileiro, a partir de dois textos legais que vêm apresentando à sociedade brasileira novos contornos e embasamentos legais para o trabalho do professor e da escola: a Reforma do Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular. Procura-se analisar como tais documentos são produzidos e apresentados à sociedade, como também compreender as intencionalidades que vão de encontro aos anseios da classe trabalhadora. Utilizou-se como metodologia a análise do discurso da escola francesa e fundamentos das teorias curriculares. Os resultados e considerações apontam que as novas legislações trabalham com a manutenção da hegemonia por meio da perpetuação de práticas curriculares tradicionais.

O último artigo tem como título “Tempo fora do tempo: jogos cooperativos nas aulas de Educação Física do Proeja” escrito e apresentado por Danusa Simon Robers e Rita Vilanova Prata. O estudo busca problematizar o uso dos jogos cooperativos nos processos educacionais de Educação Física para o Programa de Educação de Jovens e Adultos do Instituto Federal do Espírito Santo (Proeja/Ifes). No percurso metodológico utilizou-se do método cartográfico (Deleuze e Guattari, 1995) e dos estudos com os cotidianos (Alves, 2008). Por meio das vivências corporais, conversações e registros em portfólio dos alunos, aborda o processo de escolarização dito tardio como possibilidade de atravessamentos curriculares outros e o ensinar e aprender como um tempo de intensidades. A cooperação como alternativa de re(pensar) práticas competitivas, não apenas nos espaços escolares, mas na vida cotidiana.

## Considerações Finais

Agradecemos a todos/as os/as autores e autoras que submeteram seus textos e contribuíram para qualificar as discussões e os conhecimentos acerca da temática proposta, bem como esperamos que a entrevista, a resenha e os estudos apresentados possam servir de subsídio para novos estudos, debates e o enfrentamentos aos desafios postos para o campo do currículo e das políticas educacionais. Agradecemos também aos avaliadores e à equipe editorial da Revista Espaço do Currículo (REC), por todo apoio prestado, bem como pela disponibilidade constante no esclarecimento de dúvidas e encaminhamento das demandas.

Aceitamos esse desafio por compreendermos a relevância da REC como revista acadêmica consolidada e na expectativa de contribuir para a ampliação das discussões e do alcance desse importante canal público de divulgação científica.

Esperamos que este dossiê desperte reflexões aprofundadas sobre os interesses, disputas e desafios para o campo das políticas curriculares no contexto de intensas reformas educativas e de avanço do neoconservadorismo no Brasil e no mundo e que, ao mesmo tempo, reforcem a nossa luta em defesa da educação pública, de gestão pública, democrática, gratuita, laica e de qualidade social.

### Referências

BRASIL. Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 241, p. 2, 16 dez. 2016.

Disponível em:

<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=2&data=16/12/2016>. Acesso em: nov. 2024.

BRASIL. Lei 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e as Leis nos 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 134, p. 1, 14 de julho de 2017.

Disponível em:

<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=14/07/2017>. Acesso em: nov. 2024.

BRASIL. **Lei n. 13.429, de 31 de março de 2017**. Altera dispositivos da Lei no 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a

terceiros. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 63-A, p. 1, 31 de março de 2017. Disponível em:

[www.https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1000&pagina=1&data=31/03/2017](https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1000&pagina=1&data=31/03/2017). Acesso em: nov. 2024.

**BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. **Diário Oficial da União - Seção 1**, Brasília, DF, n.35, p. 1, 17 de fevereiro de 2017. Disponível em:

<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=17/02/2017>. Acesso em: nov. 2024.

### **SOBRE O/AS AUTOR/AS**

**Joedson Brito dos Santos**. Doutor em Educação pela Universidade Federal da Paraíba. Docente na Universidade Federal de Campina Grande. Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/8524800817745634>

**Luciana Leandro da Silva**. Doutora em Educação pela Universidade Autônoma de Barcelona. Docente na Universidade Federal de Campina Grande. Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6417395216828103>

**Álvaro Moreira Hypolito**. Doutor em Curriculum and Instruction from the University of Wisconsin. Docente na Universidade Federal de Pelotas. Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7674934224612535>

### **Como citar**

SANTOS, Joedson Brito dos; SILVA, Luciana Leandro da; HYPOLITO, Álvaro Moreira. REFORMAS EDUCACIONAIS E DISPUTAS NAS POLÍTICAS E PRÁTICAS CURRICULARES: BREVE APRESENTAÇÃO. **Revista Espaço Currículo**, v. 17, n. 3, e72392, 2024. DOI: 10.15687/rec.v17i3.72392.